

Maratona Fiscal ISS – Auditoria

1. Uma das diferenças entre o auditor independente e o auditor interno é que o primeiro

- (A) necessita de registro no Conselho Regional de Contabilidade e o segundo, não.
- (B) está dispensado de recomendar modificações nos controles internos da entidade e o segundo, não.
- (C) precisa ter conhecimentos sobre tecnologia da informação e o segundo, não.
- (D) não pode ficar subordinado a pessoas que possam ter seus trabalhos por ele examinados e ao segundo, sim.
- (E) tem por obrigação emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis da entidade e o segundo, não.

2. Os testes de observância têm por objetivo verificar se a entidade auditada

- (A) cumpre a legislação que rege o ramo de atividade a que pertence.
- (B) efetua corretamente o controle de qualidade de seus produtos.
- (C) registra de forma adequada e com os valores corretos seus bens, direitos e obrigações para com terceiros.
- (D) dispõe de controles internos adequados em efetivo funcionamento e cumprimento.
- (E) possui sistema contábil que produz dados exatos, precisos e tempestivos.

3. Considere as afirmações a seguir:

- I. A carta de responsabilidade da Administração deve ser emitida com a mesma data do parecer do auditor sobre as demonstrações contábeis a que ela se refere.
- II. Existe uma relação inversa entre o risco de auditoria e o nível estabelecido de relevância pelo auditor.
- III. Testes substantivos consistem na verificação do comportamento de ativos ou passivos relevantes, por meio de índices ou quocientes, visando identificar tendências ou situações anormais.
- IV. Contingências ativas são registros contábeis feitos com base em estimativas sobre fatos que possam resultar em efeitos negativos sobre o patrimônio líquido da entidade auditada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

4. Em relação à auditoria externa independente das demonstrações contábeis da entidade, é correto afirmar:

- (A) Fraude é o ato não-intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração da escrituração contábil.

- (B) O risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas.
- (C) Erro é o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, inclusive adulterações de documentos da escrituração contábil.
- (D) Como o sistema contábil e de controles internos da entidade é de responsabilidade exclusiva de sua administração, não cabe ao auditor efetuar sugestões objetivas para seu aprimoramento.
- (E) Independentemente de ter emitido opinião sobre as demonstrações contábeis originais, o auditor pode expressar opinião sobre demonstrações contábeis apresentadas de forma condensada.

5. No exame das demonstrações contábeis de uma entidade, o risco de continuidade normal das atividades desta deve ser objeto de atenção dos auditores independentes. É um dos indicadores desse risco:

- (A) passivo exigível em valor superior ao do patrimônio líquido.
- (B) existência de empréstimos e financiamentos de curto prazo para financiar o giro.
- (C) índices financeiros adversos de forma contínua.
- (D) investimento operacional em giro negativo.
- (E) flutuações cíclicas do resultado em função de sazonalidade das vendas.

6. Quando o auditor efetua a seleção da amostra com base na sua experiência profissional, está utilizando uma técnica denominada amostragem

- (A) por conglomerado.
- (B) casual.
- (C) por intervalos.
- (D) estratificada.
- (E) randômica.

7. Estimativa contábil é uma previsão quanto ao valor de um item que considera as melhores evidências disponíveis quando não há forma precisa de quantificação e deve ser objeto de atenção do auditor para se certificar quanto à sua razoabilidade. As estimativas contábeis

- (A) são de responsabilidade exclusiva do auditor independente, embora ele possa utilizar informações dos controles contábeis da entidade auditada.
- (B) sempre podem ser determinadas com segurança, porque todas as incertezas são quantificáveis estatisticamente.
- (C) que tenham por objeto provisionar valores de ocorrência rotineira são denominadas estimativas diretas.
- (D) baseadas em fórmulas ditadas pela experiência devem ser revisadas regularmente, com o objetivo de efetuar ajustes.
- (E) que tenham por objeto provisionar valores de ocorrência não-rotineira são denominadas estimativas simples.

8. Considere as afirmações a seguir, relativas a transações e eventos subsequentes ao término do exercício social a que se referem as demonstrações contábeis auditadas:

I. A emissão de debêntures e ações não é considerada evento subsequente relevante.

II. Eventos subsequentes, após a divulgação das demonstrações contábeis, não devem ser considerados pelo auditor, uma vez que ele não pode emitir um novo parecer.

III. Caso os eventos subsequentes não sejam revelados adequadamente pela companhia, o auditor

deve mencioná-los, como ressalva ou em parágrafo de ênfase, em seu parecer.

IV. A desapropriação de bens da companhia pelo Poder Público é considerada um evento subsequente relevante.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

9. Segundo a NBC T 11-8, a verificação do sistema de qualidade interno dos serviços prestados por empresa de auditoria independente deve ser efetuado a cada

(A) ano.

(B) dois anos.

(C) três anos.

(D) quatro anos.

(E) cinco anos.

10. Um auditor independente foi contratado pela Cia. Metalúrgica ABC, em 10.01.2006, para examinar as demonstrações contábeis da sociedade relativas ao exercício findo em 31.12.2005. Em virtude do atraso de sua contratação, ele não pôde acompanhar o inventário físico dos estoques de matérias-primas, de produtos em elaboração e dos produtos acabados da companhia. Essa limitação na extensão de seu trabalho, que ele considerou bastante relevante, deve conduzir à emissão de um parecer

(A) sem ressalva.

(B) adverso.

(C) com abstenção de opinião.

(D) com ressalva.

(E) com parágrafo de ênfase.

11. Nos trabalhos de auditoria externa, o profissional encarregado de revisar as contas a pagar da Cia. Madeirense verificou a existência de várias duplicatas quitadas, emitidas por fornecedores da companhia, mas cuja baixa não tinha sido registrada na escrituração contábil. Esse fato constitui um indício de

- (A) falta de origem para suprimentos de caixa.
- (B) subestimação de passivos.
- (C) passivo fictício.
- (D) passivo real a descoberto.
- (E) passivo oculto.

12. O saldo da conta corrente da entidade auditada no Banco Mineiro do Sul S/A em 31.12.2005 era de R\$ 158.000,00, credor. Na mesma data, o saldo da mesma conta corrente na escrituração contábil da companhia era de R\$ 136.000,00, devedor. No procedimento de conciliação bancária, nessa mesma data, o auditor constatou que

- Os cheques de nº 15 a 18, emitidos pela companhia, não haviam ainda sido apresentados ao banco, no valor total de R\$ 11.500,00.
- Houve cobrança de despesas bancárias no valor de R\$ 1.200,00, não contabilizada pela companhia.
- A duplicata nº 22, no valor de R\$ 12.700,00, em cobrança no banco, havia sido paga pelo credor, sem que houvesse sido registrado o fato na escrituração contábil da entidade.
- Um depósito de R\$ 1.000,00, efetuado pela companhia, não havia ainda sido compensado.

Efetuados os ajustes correspondentes, o valor correto do saldo da conta corrente bancária da entidade é de, em R\$:

- (A) 149.300,00
- (B) 147.500,00
- (C) 146.500,00
- (D) 145.300,00
- (E) 137.000,00

13. A Cia. Varginha importou uma máquina para ser utilizada em suas atividades industriais, pelo valor CIF de R\$ 200.000,00. Sobre a importação incidiram os seguintes tributos:

- Imposto de Importação - R\$ 20.000,00
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - R\$ 22.000,00
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - R\$ 58.914,00
- Contribuição para o PIS - R\$ 4.708,00
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - R\$ 21.683,00

Adicionalmente, a companhia desembolsou R\$ 4.000,00 para que a máquina fosse devidamente instalada em sua fábrica e em condições de produzir. Ao analisar essa operação, o auditor independente constatou que o custo de aquisição tinha sido corretamente escriturado. Sabendo-se que a companhia é contribuinte do IPI, do ICMS, do PIS e da COFINS no regime de incidência não-cumulativa, o valor encontrado pelo auditor no registro contábil da importação correspondeu a, em R\$:

- (A) 250.391,00
- (B) 246.391,00
- (C) 228.708,00
- (D) 224.000,00
- (E) 220.000,00

14. Ao efetuar a auditoria das contas do Ativo Permanente da Cia. Mercúrio, o auditor constatou que a aquisição de 30% das ações da Cia. Polar, realizada durante o exercício, tinha sido contabilizada pelo custo de aquisição de R\$ 300.000,00. Na ocasião da compra, o Patrimônio Líquido da investida correspondia a R\$ 1.100.000,00 e o da investidora, a R\$ 2.100.000,00. A vista desses fatos, o auditor concluiu que o lançamento em questão estava

- (A) correto, porque o investimento não é relevante para a investidora.
- (B) correto, porque a Cia. Polar não é controlada pela Cia. Mercúrio.
- (C) correto, porque atendeu ao princípio contábil do custo como base de valor.
- (D) incorreto, porque o valor do investimento é R\$ 270.000,00, com ágio de R\$ 30.000,00.
- (E) incorreto, porque o valor do investimento é de R\$ 330.000,00, com deságio de R\$ 30.000,00.

15. Em 01.07.2005, foi feita, na Cia. Sol Maior, a reavaliação de um equipamento industrial cujo valor contábil era de R\$ 180.000,00, constituindo a respectiva reserva no valor de R\$ 70.000,00. A vida útil restante do bem foi estimada em 10 (dez anos), sem valor residual. Em 31.12.2005, foi lançado contabilmente o encargo de depreciação do equipamento. O auditor independente constatou que a companhia tinha deixado de efetuar a baixa parcial da reserva de reavaliação. Supondo-se a inexistência de tributos e contribuições sobre o lucro, ao sugerir o lançamento de ajuste, o auditor recomendou efetuar a baixa pelo valor correto de, em R\$:

- (A) 3.500,00
- (B) 7.000,00
- (C) 9.000,00
- (D) 12.500,00
- (E) 18.000,00

16. O lucro líquido do exercício de 2005 da Cia. Belo Horizonte foi de R\$ 300.000,00. O patrimônio líquido da companhia, já computado esse resultado, era de R\$ 1.100.000,00. Ao ser efetuada a auditoria externa, constatou-se que a sociedade tinha deixado de constituir a reserva legal no exercício em curso. Em 31.12.2004, o saldo credor dessa reserva era de R\$ 215.000,00. Após o lançamento do ajuste sugerido pelo auditor, de acordo com normas vigentes, a reserva legal foi acrescida da importância correspondente a, em R\$:

- (A) 15.000,00
- (B) 12.500,00
- (C) 10.000,00

- (D) 7.500,00
- (E) 5.000,00

17. No curso de auditoria externa realizada na Cia. Novo Hamburgo foram constatadas as seguintes irregularidades:

- Registro incorreto de gastos de manutenção do Ativo Imobilizado de R\$ 30.000,00 como despesas, em vez de acréscimo ao valor dos bens.
- Insuficiência na constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 17.000,00.
- Falta de registro contábil de duplicatas já pagas, mantidas incorretamente no Passivo Circulante, no valor de R\$ 28.000,00.
- Falta de registro de adiantamento a empregados no valor de R\$ 6.000,00.

Efetuada os lançamentos de ajuste para sanar tais irregularidades, recomendados pelo auditor, o resultado da companhia

- (A) diminuiu R\$ 21.000,00.
- (B) diminuiu R\$ 15.000,00.
- (C) permaneceu inalterado.
- (D) aumentou R\$ 13.000,00.
- (E) aumentou R\$ 7.000,00.

18. Em auditoria externa de estoques de uma empresa industrial, que tinha iniciado suas atividades no exercício em curso, foi constatado que o custo total de produção no período importou em R\$ 320.000,00. Foi iniciada nesse exercício a produção de 2.000 unidades do bem X, sendo que no final do período estavam ainda em processo 500 unidades com grau de acabamento equivalente a 20% do produto pronto. Confirmada essa percentagem com os engenheiros de produção da empresa, o auditor verificou que o estoque de produtos em processo tinha sido avaliado e registrado por R\$ 80.000,00, na escrituração contábil da empresa. O valor do estoque de produtos em processo está

- (A) correto.
- (B) subestimado em R\$ 70.000,00.
- (C) superestimado em R\$ 60.000,00.
- (D) subestimado em R\$ 30.000,00.
- (E) superestimado em R\$ 20.000,00.

19. Ao analisar os investimentos permanentes da Cia. Monte Alto, o auditor externo verificou que uma participação societária na Cia. Flora Azul havia sido adquirida por R\$ 500.000,00, com ágio de R\$ 100.000,00 sobre o valor patrimonial das ações da investida. O motivo do ágio foi a existência de imóveis na investida cujo valor de mercado superava o valor contábil em R\$ 200.000,00. No final do exercício, a Cia. Flora Azul efetuou a reavaliação desses imóveis por esses exatos R\$ 200.000,00, fato não registrado na contabilidade da investidora. O lançamento de ajuste recomendado pelo auditor foi

- (A) Ágio na aquisição de Investimentos – Cia. Flora Azul a Reserva de Reavaliação – Cia. Flora Azul 100.000,00

(B) Investimentos – Cia. Flora Azul a Ágio na aquisição de Investimentos – Cia. Flora Azul 100.000,00

(C) Reserva de Reavaliação – Cia. Flora Azul a Investimentos – Cia. Flora Azul 100.000,00

(D) Investimentos – Cia. Flora Azul a Reserva de Reavaliação – Cia. Flora Azul 200.000,00

(E) Investimentos – Cia. Flora Azul a Ágio na aquisição de Investimentos – Cia. Flora Azul 200.000,00

20. A tempestividade e a integridade do registro do patrimônio e suas variações, independentemente das causas que as originaram, constitui o fulcro do Princípio Contábil da

(A) Oportunidade.

(B) Competência.

(C) Entidade.

(D) Prudência.

(E) Continuidade.

GABARITO

1- E

2- D

3- A

4- B

5- C

6- B

7- D

8- E

9- A

10- C

11- C

12- B

13- D

14- E

15- A

16- E

17- D

18- C

19- B

20- A